



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE
PROCURADORIA

INTERESSADO: Colenda Comissão Permanente de Justiça e Redação – CPJR.

ASSUNTO: Análise do veto ao Projeto de Lei nº 43/2025.

Parecer Jurídico

Sr. Procurador Chefe:

1- Relatório.

O Presidente desta casa de leis, atendendo solicitação da relatoria da Comissão Permanente de Justiça e Redação, encaminhou para análise o Projeto de Lei em epígrafe que foi aprovado pela Câmara Municipal, mas vetado pelo Prefeito (f. 29).

A proposta legislativa tem por objeto declarar de interesse cultural, histórico e esportivo do Município de Santa Bárbara d'Oeste o Estádio 'Antônio Lins Ribeiro Guimarães', sede do União Agrícola Barbarense Futebol Clube (art. 1º), impondo ao Poder Executivo Municipal o tombamento do bem (art. 2º).

Por ocasião da tramitação do projeto, a Procuradoria da Câmara emitiu parecer jurídico opinando pela possibilidade de o Poder Legislativo iniciar o procedimento de tombamento, sendo necessária a posterior participação do Poder Executivo, nos termos do Decreto Lei nº 25/1937, conforme jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (f. 11/15).

Após a aprovação do projeto, o Prefeito opôs seu veto, sob a justificativa que o Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Cultural de Santa Bárbara d'Oeste, em 2020, já havia exarado parecer no sentido que somente o portal de entrada do clube possuía valor histórico, recomendando seu tombamento, o que já foi feito (f. 31).



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE
PROCURADORIA

Além disso, o Prefeito trouxe a importante informação que o imóvel em questão está penhorado pela Justiça do Trabalho e já foi arrematado em hasta pública, com a finalidade de garantir o pagamento de débitos de direitos trabalhistas (f. 32).

2- Análise dos motivos do veto

Conforme ensina a doutrina constitucionalista, o veto é a discordância do chefe do Poder Legislativo com determinado projeto de lei aprovado pelo Poder Legislativo, podendo ser classificado como sendo político, jurídico ou ambos.

O veto é político, quando a matéria é considerada contrária ao interesse público; jurídico, se entendida como inconstitucional.

No caso, o veto nos parece ser político sob o aspecto de não haver interesse público no tombamento do bem, amparado em opinião do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Cultural de Santa Bárbara d'Oeste, e jurídico quando visto sob o prisma da possível fraude à execução trabalhista.

Sem tecer considerações a respeito do aspecto político do presente veto, vejamos a questão jurídica.

O imóvel em questão foi penhorado pela Justiça do Trabalho para garantia de débitos trabalhistas do clube, sendo posteriormente leilado e arrematado por particular, conforme consta dos autos do processo nº 0010429-32.2014.5.15.0086 em trâmite na Vara do Trabalho de Santa Bárbara D'Oeste.

Sendo assim, eventual tombamento do clube pode ensejar fraude à execução trabalhista, sendo seus atos possivelmente enquadrados facilitadores da fraude e podendo ensejar a responsabilidade de todos os envolvidos.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE
PROCURADORIA

3- Conclusão e recomendação

O Código de Processo Civil prevê que a oneração de um bem é considerada fraude à execução quando tiver sido averbada a pendência do processo de execução no registro do bem (art. 792, II).

Se o imóvel que se pretende impor a inscrição como tombado já estava penhorado pela Justiça do Trabalho, seria aplicável, em tese, a hipótese de fraude descrita no Código de Processo Civil.

Portanto, tendo em vista a exposição no processo legislativo de que o bem sob o qual se pretende realizar o tombamento não possui valor histórico e é objeto de penhora, se faz necessário advertir aos membros do Poder Legislativo que a insistência na manutenção do projeto de lei, com o não acatamento do veto, adquire contornos de um flerte com a fraude à execução no processo trabalhista e, por via de consequência, com o desvio de função da atuação parlamentar, podendo ensejar responsabilidade jurídica ao parlamentar, notadamente por violação ao princípio da legalidade (artigo 37 da CF).

Além disso, é interessante observar que o eventual tombamento não seria capaz de manter a propriedade do bem com o clube. O tombamento não impede a alteração na propriedade do bem, apenas visa preservar o bem. Nesse sentido pacífica a jurisprudência, conforme se verifica nos seguintes julgados:

AGRAVO DE PETIÇÃO. PENHORA DE BEM IMÓVEL TOMBADO.
INEXISTÊNCIA DE ÔBICE. Não existe óbice à penhora de bem tombado por Decreto Municipal (Autos nº 0101438-41.2019.5.01.0005. TRT 1ª Região).

O mero fato de o imóvel ser tombado não impede a sua penhora ou leilão (forte nos diversos dispositivos antes mencionados que autorizam a venda judicial, apenas com direito de preferência à União, Estados e Municípios) e que os atos executórios se realizam "no interesse do exequente" (art. 797, CPC). (AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5044077-30.2018.4.04.0000 nº TRF-4).



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE
PROCURADORIA

Assim, eventual tombamento do imóvel outrora pertencente ao clube não seria capaz de anular o leilão realizado, isto é, de qualquer maneira o imóvel passaria para a propriedade de outra pessoa.

Diante de todo o exposto, manifesta-se pelo acolhimento do veto oposto pelo Prefeito Municipal ao presente projeto de lei.

Santa Bárbara D'Oeste, 03 de setembro de 2025.

RODRIGO FORNAZIERO CAMPILLO LORENTE
Procurador Legislativo



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BARBARA D'OESTE



Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de De Santa Bárbara d'Oeste. Para verificar as assinaturas, clique no link:

<https://santabarbara.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=GZAANS1GN0065008> ,

ou vá até o site <https://santabarbara.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: GZAA-NS1G-N006-5008



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO Nº - CHAVE: GZAA-NS1G-N006-5008